

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de História

**A permanência das elites no poder e suas relações com o
imperador**

André Leite Araujo (7894369)

Julio Lopes

Milan Puh (7294015)

Rafael Carli Ramos dos Santos (8576950)

Professora Dra. Zilda Gricoli Iokoi

São Paulo

2015

A permanência das elites no poder e suas relações com o imperador

O objetivo deste trabalho é analisar a complexidade de relações entre a Família Imperial e os heterogêneos grupos de elite para que possamos verificar a nossa tese de que as ações dos grupos decisórios não foram uniformes e que elas se sobrepunham e mudavam de rumo, sendo pressionadas por diferentes camadas. Posto isso, objetivamos ler e interpretar textos e documentos nos quais é possível encontrar momentos de tensão entre diferentes facções dentro das elites governantes e seu reflexo nas relações com a população em geral, e também no seu processo de unificação política do Brasil. Mais especificamente, enfatizaremos dois momentos: o Golpe da Maioridade e a Abolição da Escravatura, ilustrando a consolidação da Família Imperial na Corte e a perda de sua rede de apoios que levou ao fim do regime monárquico.

Primeiramente, iniciamos o trabalho abordando o período da independência no processo de emancipação brasileira de Portugal, pois tem que se pensar na dinastia portuguesa que se instalou no Rio de Janeiro em 1808. Foi um período de conflitos e tensões entre os diferentes ramos da Corte que se estendeu à subsequente dinastia do Império Brasileiro. A partir da contribuição de Alfredo Bosi sobre a etimologia das palavras cultura, culto e colonização¹, entende-se que a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil em 1808 transformava o sentido da colonização. Mais do que habitar as terras e cultivar os solos, os agentes sociais em questão não eram simples migrantes, eles eram os *colonus*, buscando um domínio através do processo civilizatório frente aos habitantes da colônia.

Além do domínio econômico, o longo período de colonização estabeleceu-se como um projeto totalizante no Brasil, onde os agentes dominantes trouxeram consigo tanto sua memória, quanto sua linguagem e religião, submetendo os habitantes da colônia ao seu *cultus*. Indubitavelmente, é fundamental salientar que essa aculturação é pensada no sentido de adaptar determinada civilização a um padrão cultural tido como superior, ou seja, um olhar racista para as manifestações culturais locais que, ao longo de séculos, implementou um projeto civilizatório que pode ser notado pela maioria católica e pela difusão da língua portuguesa, entre outros exemplos que encontram semelhanças e

¹ BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

diferenças com ex-colônias da América Latina e da África. Todavia, em todos os aspectos, os habitantes iniciais das terras não foram agentes passivos às formas de dominação. A aculturação e a dominação geravam resistência dos nativos, ao passo que os colonizadores enrijeciam os mecanismos de exploração e controle.

Sendo assim, focando no recorte temporal deste trabalho, o sistema de valores encontrado e reforçado no período monárquico era resultado de uma cultura (ou culturas), com valores, símbolos e técnicas, que transformou indelevelmente a identidade social dos habitantes desse território.

Assim, no primeiro capítulo de *Da Monarquia à República*, Viotti analisa a crise do sistema colonial e a transferência da Corte lisboeta ao Rio de Janeiro, em 1808. Esses eventos precedentes a 1822 marcaram o esgotamento do modelo econômico colonial, da divisão de poder com o Ultramar e a formação de uma consciência política emancipacionista entre os setores ilustrados da elite, influenciados por obras vindas da Europa pós-Revolução Francesa². Paulatinamente, percebeu-se a incompatibilidade entre os projetos brasileiro e português e configurou-se o pensamento do anticolonialismo, mas de maneira peculiar à realidade brasileira, isto é, mantendo a escravidão, com rápido estabelecimento de uma dependência de produtos importados (especialmente aqueles vindos da Inglaterra) e com pouca difusão da riqueza econômica e de direitos democráticos às massas brasileiras.

Dessa maneira, posteriormente, em 1822, houve uma série de acontecimentos que elevaram as tensões entre Brasil e Portugal, devido às “desobediências” das ordens vindas de Lisboa, ainda que a proposta de independência não fosse uma causa comum da população. Em princípio, o príncipe que se tornaria D. Pedro I, decidiu permanecer no Brasil no que ficou conhecido como Dia do Fico. Contudo, essa medida estava inserida em uma tentativa de elaborar uma monarquia dual que preservasse a condição de Reino Unido e assegurasse a autonomia administrativa da parte americana. E a presença do príncipe herdeiro no Rio de Janeiro seria favorável a evitar um movimento separatista. Apesar dessas intenções de dualidade das Coroas, o acordo seria desfavorável aos portugueses, porque estes teriam que manter a abertura dos portos brasileiros que havia

² COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Editora UNESP, 1999, p. 22.

sido concedida em caráter temporário em 1808³. Sua continuidade poderia prejudicar a estrutura econômica da burguesia portuguesa.

Abordamos a discussão do texto da professora Emília Viotti que foca na política do período monárquico, enfatizando a transição da Independência e a disputas de poder entre as elites no Primeiro Reinado. Neste ponto, enfatizamos a posição do Imperador, D. Pedro I, e da Família Imperial nas relações políticas internas e externas, para unificar o país recém-independente.

Nesse contexto, nota-se a importância das elites relacionarem-se com um Bragança, membro da dinastia portuguesa, mas disposto a declarar a independência brasileira, o que nos evidencia parcialmente como se construía a dinâmica de lutas e tensões políticas entre diversos grupos das camadas altas da sociedade. Segundo o texto de Emília Viotti, a conjuntura com Pedro de Alcântara dispensava a participação popular, isto é, facilitaria os interesses das elites dominantes que se agruparam em torno do príncipe herdeiro⁴. Entretanto, deve-se ressaltar que o movimento não era unitário no território, porque a maior parte do apoio à causa estava concentrada no Rio de Janeiro. Por outro lado, as regiões que possuíam grande quantidade de comerciantes portugueses favorecidos pelo comércio com a Metrópole manifestavam menor apoio à independência, sustentando a manutenção das estruturas coloniais. Essa conjuntura nos apresenta o quão complexa era a situação do Brasil nos primeiros momentos da emancipação política, pois a diversidade regional brasileira, com diferentes grupos sociais em agiam para proteger seus interesses, influenciavam e foram influenciados pela política da Corte brasileira que estava ainda procurando meios para estabelecer-se numa rede de relações com os grupos do poder que lhe permitissem consolidar privilégios dinásticos, capacidade decisória, unidade territorial e sustentação econômica.

Logo, seguiu-se rapidamente uma série de acontecimentos que complicaram as relações entre Brasil e Portugal, enquanto os conselheiros articulavam apoios internacionais com os governos de Buenos Aires, Londres, Paris e Washington. Em junho, foi convocada uma Assembleia Constituinte, enquanto ocorriam as Cortes em Portugal. Em agosto, foram feitos dois manifestos com tom independentista. No mesmo

³ Idem, p. 37.

⁴ Idem, p. 58.

mês, o príncipe teve seus poderes restritos. Por fim, em setembro de 1822, a hipótese do envio de tropas portuguesas ao Brasil estimulou a Proclamação da Independência, durante viagem a São Paulo.

Os motivos que estimularam o processo foram a manutenção da estrutura conservadora de poder, com a alteração das relações comerciais coloniais, visando favorecer a estrutura agrária presente no século XIX. Essa conjuntura foi revestida com um discurso liberal e emancipatório, formulado por grupos intelectualizados que se inspiraram, parcialmente, nos exemplos das Revoluções Americana (1776) e Francesa (1789), já que os grupos brasileiros não tinham viés republicano, mas evitavam repetir a Revolução Haitiana (1791), com medo de um possível levante popular da massa de escravos espalhados pelo território.

O processo de independência foi apoiado por alguns membros da elite econômica e/ou política. Estes foram recompensados com títulos nobiliárquicos durante o período monárquico, formando uma oligarquia que reforçava o fato da elite estar estabelecida no poder e sua influência sobre o imperador, apesar do discurso liberal e democrático. Sendo assim, constituíam um grupo favorável à sustentação da estrutura produtiva baseada na agricultura monocultura, destinada à exportação e baseada em mão-de-obra escrava e concentração fundiária. Além disso, com a Independência e sem participação popular, esse grupo econômico conseguiu intensificar o livre-comércio e a autonomia administrativa, sem a interferência portuguesa que tentava reformular o Pacto Colonial. Para a historiadora Viotti, a minoria de proprietários concentrou tanto poder que disputava o real mando do país como o Imperador, através do controle político e negociações com elites locais ao redor do território nacional⁵. As elites teriam conquistado o controle do poder em 1831, com a abdicação de D. Pedro I e a implementação da Regência, chamada de “Experiência Republicana”. Portanto, vemos que a dinâmica de articulação entre as elites e a Corte brasileira foi intensa, sendo a abdicação do primeiro Imperador resultado de diversos conflitos internos, dos quais mencionamos alguns, e conflitos externos que vinculavam o Brasil a Portugal.

Além disso, fazemos alguns comentários a respeito do tema, a partir do texto de Sérgio Buarque de Holanda intitulado “A Herança Colonial – Sua Desagregação”,

⁵ Idem, p. 10.

presente na História Geral da Civilização Brasileira. Primeiramente, temos que inserir as disputas internas da Família Imperial, considerada como um conjunto de agentes políticos em posição dominante, no contexto das relações entre Brasil e Portugal.

As diversas opiniões dos grupos com acesso à circulação de ideias criavam um desconforto e preocupação entre os brasileiros, especialmente no período do Primeiro Reinado, por terem um monarca pertencente à Família Real Portuguesa que devia ser “Defensor Perpétuo do Brasil”⁶. Isso influenciou as lutas internas da Corte e fez com que a abdicação do Dom Pedro I fosse encarada, por autores em obras literárias como Cartas do Erasmo, como “consagração da independência e a maturação da monarquia brasileira”. Desse modo, podemos dizer que, de certa maneira, a renúncia do Dom Pedro I e o posterior golpe da maioria, foram encarados como necessários para o fortalecimento da própria monarquia e para a efetiva concretização da unidade do Brasil. Ademais, o historiador Sérgio Buarque considera que o término do Primeiro Reinado foi responsável pela unificação do Brasil, porque marcou o fim de diferentes cargos de governadores-gerais e vice-reis⁷. Assim, o Segundo Reinado (alcançado pela maioria de D. Pedro II, explicada mais abaixo) não permitiu que acontecesse a desintegração territorial do Império bragantino na América.

Após a abdicação de Dom Pedro I, em 1831, para reivindicar o trono português, iniciou-se o período regencial no Brasil, governo liberal marcado pela instabilidade política e pelo fortalecimento de movimentos sociais com viés separatista contrários à centralidade do governo no Sudeste⁸. Apesar de suas diferenças, eram encarados uniformemente como rebeliões. Nesse contexto, a Regência tinha dificuldades de instrumentalizar a estrutura do Estado para manter a suposta ordem, aparentando ser “fraco”. E essa percepção estimulava reformas que reestruturassem e centralizassem o Estado em uma única figura política⁹. Portanto, enquanto o Parlamento se dividia em duas facções, os conservadores criticaram os governos liberais pela “desordem” do país, paralelamente à defesa do poder do monarca que permitiria a manutenção dos privilégios

⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil Monárquico*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970, Tomo II, p. 9.

⁷ Idem, p. 39.

⁸ COSTA, Mariana Barbosa Carvalho da. *Golpe Parlamentar da Maioridade: construção da ordem Imperial*. Rio de Janeiro: ANPUH, jul. 2010, p. 3. Disponível em: <http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276721846_ARQUIVO_Artigo-ANPUHRiodeJaneiro-2010.pdf>. Acesso em: 29 de mai. 2015.

⁹ Idem, p. 3.

tradicionais de sua classe. Foi um grupo chamado de regressista¹⁰. Por outro lado, inicialmente os liberais defenderam a supressão do Poder Moderador e de outras instituições centralistas. Porém, apenas algumas reformas foram aprovadas.

Sendo assim, alguns grupos de parlamentares prepararam uma ação parlamentar para emancipar o príncipe Pedro de Alcântara, ainda jovem. Essa medida ficou conhecida como “Golpe da Maioridade”, expressão já utilizada na época. Em 1841, a instalação do imperador no trono não foi gratuita, porque os conservadores encaravam a possibilidade de retorno ao governo como classe dominante, consolidando seus interesses¹¹. Contudo, ainda que houvesse o interesse pela “pacificação” forçada do império, o que facilitaria a sustentação do modelo econômico agrário, houve uma série de movimentos revolucionários como a Balaiada, Insurreição Praieira e Revolução Farroupilha¹².

Dessa maneira, entende-se que o golpe de Maioridade foi também uma medida política específica contra elites que queriam a federalização do Brasil e que, através do afastamento da Família Imperial do poder decisório, tentaram impedir a centralização do poder no Rio de Janeiro, isto é, manteriam a força dos poderes locais espalhados pelo território. Assim, para tais setores sociais, a constituição possibilitaria a unificação, mas sem a centralização política vista na pessoa de um monarca com poderes fortes, semelhante ao modelo da república norte-americana. Sendo assim, podemos entender, na conjuntura da época, a necessidade da existência de um poder centralizador forte, que não podia carregar uma aparência de ser antibrasileiro, porque reagiria contra as forças centrífugas que não queriam a unificação do Brasil. Além disso, S.B de Holanda coloca em discussão a ideia de uma constituição que asseguraria a unidade territorial e política do Brasil, discutida na Corte de D. Pedro I¹³.

Ademais, na introdução de seu livro, a professora Viotti estuda a posição das elites na estrutura de poder durante o Império. Nesta parte do texto, ela reforça que a ligação com D. Pedro I foi a oportunidade para ter a independência política, sem a mobilização do povo, e manter a estrutura econômica agrária, evitando o desenvolvimento da indústria e a abolição da escravidão¹⁴. Nos marcos de um sistema de clientela e patronagem, no

¹⁰ Idem, p. 4.

¹¹ Idem, p. 9.

¹² COSTA, Emília Viotti da. Op. cit., p. 156.

¹³ HOLANDA, Sérgio Buarque. Op. cit., p. 13.

¹⁴ COSTA, Emília Viotti da. Op. Cit., p. 9.

período regencial, conseguiram a implementação da Guarda Nacional que atendia seus interesses de defesa das grandes propriedades.

Ademais, os liberais assumiram um discurso conservador ao lidar com grupos mais radicais, mantendo a estrutura escravocrata, patronal e clientelista. Em outras palavras, formularam uma ideologia liberal adequada à realidade dos grandes proprietários e comerciantes¹⁵. Isso criou um grande sistema de favores que dificultou a racionalização da burocracia estatal e atrasou o desenvolvimento do capitalismo industrial. Indubitavelmente, são características que conservaram, de modo estático, a hierarquia, a mobilidade e a desigualdade social. Diante do que foi apresentado, vale ressaltar a base de poder dos grupos estabelecidos no poder e em constante relação para controlar os caminhos da Família Imperial. Sustentavam-se na expansão do mercado internacional produtos tropicais exportados e na modernização do sistema de transportes, como o portuário e mais notadamente a ferrovia na segunda metade do século XIX.

A partir do material analisado, disponibilizado pela Biblioteca Nacional, mais especificamente, nos jornais brasileiros publicados antes e depois do “Golpe de maioria”, percebe-se que existiam opiniões discrepantes sobre o própria decisão de antecipar a maioria do príncipe Pedro 2º, mas também a maneira como isso deveria ser feito, a constitucionalidade ou não de tal decisão etc.

No jornal O Brasil¹⁶ de 16 de julho de 1840, na página 1, encontramos a discussão (e a discordância do próprio jornalista) sobre o artigo 121, isto é, sobre a possível modificação que permitiria a antecipação da maioria do futuro imperado. O jornalista considerava o artigo inconstitucional, pois

o imperador como chefe de Estado e indivíduo existe só em virtude de uma lei. Assim, não se trata de direitos do indivíduo, mas dos direitos de um imperador, e como separar seus direitos das atribuições? Que lei ordinária pode alterar a constituição.

Podemos entender a partir do apresentado que os constitucionalistas estavam preocupados com os desvios que poderiam ser impostos na Constituição e além disso, não queriam permitir que o direito do indivíduo se sobrepusesse aos do imperador, o que na verdade significa que as vontades particulares de alguns indivíduos ou grupos não

¹⁵ Idem, p. 358.

¹⁶ JORNAL O BRASIL. Rio de Janeiro, 1840. Disponível em: <<http://www.bn.br/>>. Acesso em: 6 de jun. 2015.

poderiam ir contra a vontade do império, contra a vontade da população que devia responder ao imperador do país. Segundo o jornal, o poder real ia passar para o judicial, confundindo os direitos com as regalias e puro poder. Portanto, dever-se-ia cumprir a Constituição, uma vez que “o povo” urgia que o trono não fosse erguido “nas cinzas da constituição”. A proposta era que essa medida salvasse o governo e acabasse com as rebeliões espalhadas pelo país, preparando a ascensão do Dom Pedro II. Isso posto, nota-se que o jornal se fundamenta na vontade popular e na legalidade.

Já no dia 17 de julho, o mesmo jornal traz a constatação do Ferreira de Melo que considera que a declaração sobre a maioria só pode ser feita de acordo com a constituição ou contra ela, o que significa que não poderia ser deixada de lado. Em 21 de julho, na página 14, “O Brasil” traz outra notícia, afirmando que o projeto de reforma do artigo 121 fora retirado. Alegou-se que ficou sem argumentos e os únicos que haviam restado, o de golpe de estado também foram refutados. Um fato instigante é que foi colocada a conclusão do político Alvares Machado que queria imediatamente proclamar a maioria, querendo o golpe mesmo com a refutação de tal ação. O jornal em seguida tenta diminuir as tensões – “Felizmente, algumas horas correram depois da sessão de sábado, já se encarava a situação com a calma”. Havia dificuldades de avançar na questão porque, tirando a ilegalidade do golpe, a maioria só poderia ser antes dos 18 se fosse feita a reforma do artigo 121. Outra informação extremamente importante que encontramos no jornal é o resumo da discussão das câmaras em que havia quatro opiniões diversas que trazemos na íntegra:

- 1) *A dos que achavam que o artigo 121 não é constitucional, e que podia e devia ser alterado por lei ordinária*
- 2) *A dos que achavam que o artigo é constitucional, mas não recuavam diante da responsabilidade de resgatarem a constituição*
- 3) *a dos que achavam que o artigo era constitucional, mas repeliavam toda a ideia da reforma.*
- 4) *A dos que achavam o artigo constitucional, mas convinham na necessidade da sua reforma, especialmente para evitarem-se os perigos de uma nova eleição regente.*

Passados três dias, em 18 de julho de 1840, “O Brasil” na página 23 apresenta a carta do Dom Pedro II, direcionada aos “Rio-grandenses” a quem pede compreensão, uma vez que não podia ouvir as queixas deles por ser menor de idade. O jornal aponta para Antônio Carlos a autoria da carta, fazendo uma leitura crítica de alguns trechos – a

conclusão de que a revolta na província do Rio Grande do Sul era justa até a declaração da maioria, ou seja, havia uma visão crítica das ações e proclamações vindas do gabinete real pelo jornal mesmo depois do golpe.

Depois de um dia, em 21 de julho, na primeira página encontramos uma nota sobre as discussões internas entre os ministros dos gabinetes que segundo jornal “deviam ser solidários como garantia da ordem num país constitucional”, o que mostra que novamente o jornal estava querendo acalmar a situação que apresentava uma grande divergência entre as forças no poder.

Frente ao exposto, podemos sintetizar os pontos pelos quais seguimos a nossa discussão. Focando em períodos específicos do Império, percebe-se a atuação das elites econômica e política junto ao Trono para atender seus interesses econômicos e políticos, sem atuação popular. Os mesmos grupos mantiveram-se no poder nas décadas seguintes à Independência, sustentando o projeto de unidade nacional, mas barganhando sua posição com os governantes na capital.

Essa conjuntura é apresentada no longa-metragem *O Cortiço*, de 1978, dirigido por Francisco Ramalho¹⁷. Uma cena que deve ser ressaltada é a de Miranda, chefe de rica família que vive próxima ao cortiço de João Romão, que anuncia a doação de terras ao imperador. Em troca, recebe o título de barão. Sendo assim, a burguesia dava segurança econômica ao poder político, em troca de apoio legal e títulos nobiliárquicos que garantiam destaque em uma sociedade imperial que não tinha nobreza de longa data. Portanto, vários grupos de elites negociavam favores palacianos para que se mantivessem detentores do poder, o que colocava o imperador em uma posição relativamente frágil de negociação.

Nesse contexto, pode-se exemplificar a discussão teórica através da excursão didática ao Rio de Janeiro que permitiu compreender as estruturas do poder de mando no século XIX e XX. Possibilitou visitas às instituições que selecionaram as memórias das elites para serem preservadas em arquivos, bibliotecas e museus. Assim, pudemos entender os métodos que foram utilizados para divulgar esses conhecimentos específicos, buscando criar um ideário social favorável ao governo estabelecido. Ainda que muito

¹⁷ O CORTIÇO. Direção: Francisco Ramalho Jr. Rio de Janeiro: 1978. 104 min.

tenha sido construído durante a República, indicaremos alguns traços de continuidade da hegemonia entre os períodos monárquico e republicano.

Muitos dos projetos urbanísticos para a capital foram iniciados no começo do século XIX, apesar de serem intensificados no século XX. Destacamos que a urbanização do Rio de Janeiro para torná-lo uma “capital europeia” vem desde quando a Corte de Portugal instalou-se no Brasil, transformando a cidade na capital de seu império ultramarítimo. Foram construídas e adaptadas instalações tanto em questões de moradia quanto em lazer, saneamento e educação, como: Jardim Botânico, Imprensa Régia, Arsenal da Marinha, Biblioteca Real e Capela Real. Ademais, ilustrou a imagem desejada por meio da Missão Artística, composta por pintores europeus cujo legado deu origem ao Museu Nacional de Belas Artes. Nesse contexto, durante as décadas seguintes, a monarquia brasileira já procurava apresentar a modernidade, apoiada no café, para as outras nações do mundo¹⁸. Apesar disso, não renunciava aos aspectos estruturais da economia agrária e da mão-de-obra escrava, interesse das elites econômicas representado no imperador, que garantiam a unidade territorial, ainda que houvessem revoltas separatistas, no Nordeste e no Sul. Durante o século XIX, tentaram afastar-se do traçado colonial e espelhar-se em potências europeias, mais do que em Portugal, colocando no tecido urbano as distintas ideias do projeto civilizatório¹⁹. Dessa maneira, nota-se a existência de uma linha de reformas na época de Reino Unido, no Império e na República, com foco na área central carioca que passou por essa longa revitalização do capital especulativo imobiliário.

O texto de Leonardo Soares dos Santos desenvolve o tema da desruralização do Rio de Janeiro, durante a transição do século XIX ao XX, ou seja, do Império à República²⁰. Segundo ele, esse fenômeno foi resultado das reformas modernizadoras que atingiram a capital no período e que materializaram a expansão do capitalismo sobre as

¹⁸ Arquivo Nacional. *Brasil: O Império nos trópicos*. Disponível em: <<http://www.exposicoesvirtuais.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=218>>. Acesso em: 11 de mai. 2015.

¹⁹ Arquivo Nacional. *Rio 1908: a cidade de portos abertos*. Disponível em: <<http://www.exposicoesvirtuais.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=187>>. Acesso em: 10 de mai. 2015.

²⁰ SANTOS, Leonardo Soares dos. *A “desruralização” do Rio de Janeiro: a outra face da modernização destruidora na metrópole brasileira*.

antigas práticas da vida e da economia da sociedade carioca. A questão do trabalho e sua transição da escravidão para o serviço assalariado é abordada por Sidney Chalhoub.

De acordo com Santos, durante a maior parte do século XIX, a cidade manteve Lisboa, a Metrópole colonial, como sua referência urbanística. Sendo assim, deu continuidade ao traçado dos tempos coloniais, com inspiração no medievo europeu. Dessa forma, havia uma convergência das práticas urbana e rural, mesmo nos núcleos da cidade. Através de vários exemplos, o autor fala das chácaras anexadas aos mosteiros, pomares nos quintais das casas nobres e dos animais que circulavam pelas ruas. Deve-se ressaltar que essas atividades eram complementares à vida urbana, porque serviam para o abastecimento de alimentos à população concentrada na cidade. Isso ocorria num contexto de poucos conservantes para preservar a comida e de poucos meios de transporte para leva-la em longas distâncias, já que o transporte ferroviário só foi implantado na segunda metade dos anos 1800, orientado para a exportação portuária de gêneros agrícolas, mas não para integrar a economia interna. Em suma, apesar de ser a capital imperial, com uma Corte que tentava se espelhar no luxo dos principais palácios europeus, a população do Rio de Janeiro teve essa permanência da coexistência do rural e do urbano.

Também Sidney Chalhoub cita a implantação da ordem burguesa na cidade do Rio de Janeiro, quando refere-se à transição da escravidão ao trabalho assalariado²¹. O pesquisador aprofunda as discussões sobre escravo-coisa, criticando a historiografia que os coloca sem ação própria e autônoma, seguindo a lógica de pensamento dos donos do poder. Essa corrente ignora os movimentos diretos realizados por escravos, tanto no nível individual quanto no coletivo, que lutavam por sua liberdade e assumiam os direitos que legalmente possuíam, sabendo das brechas nos fluxos do tráfico interno e externo. A presença dos escravos no Rio de Janeiro era proveniente tanto dos que chegavam ao seu porto quanto dos que vinham de outras regiões. Segundo Chalhoub, o tráfico interprovincial foi restringido através de impostos, por interesses de fazendeiros paulistas que tinham medo da possível “desordem” que seria causada²². Além disso, a população escrava evitava a ida às fazendas de café, tentando permanecer nos serviços urbanos, principalmente na Corte carioca, resultado da experiência de anos de cativo e

²¹ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 19.

²² Idem, p. 57.

constantes negociações que formavam práticas sociais com possibilidades lutas de classes contra regras estabelecidas.

Em outros termos, nas primeiras décadas do Império, o Rio de Janeiro estava estabelecido como uma área funcional à economia escravista, porque havia a coexistência do rural e do urbano na qual os escravos trabalhavam para abastecer a população da cidade. Era um contexto no qual nem a indústria nem os transportes haviam se desenvolvido, servindo cada localidade à agroexportação e ao consumo interno, sem a necessidade de conectar regiões distantes. Entretanto, no Segundo Império e na República, o espaço urbano alterou-se junto com a conjuntura econômica e política do país, apontando o declínio do modelo que vigorou até então. A urbanização passou a ser pensada como meio de produção e circulação de mercadorias, tanto no mercado interno quanto no externo. Nesse contexto, foram necessárias mudanças na força de trabalho, nas propriedades, no abastecimento de alimentos, na legislação, na saúde, entre outras, para adequar aquela sociedade para o novo modo de produção que vivenciava o circuito da dinâmica do capital e suas práticas predatórias.

Além disso, durante a excursão à cidade do Rio de Janeiro, visitamos algumas instituições que foram e são responsáveis por guardar os documentos, escrever a história e ensiná-la à sociedade, seguindo critérios selecionados de acordo com o projeto ideológico do governo estabelecido. Entre outras, podemos salientar duas: o Arquivo Nacional e a Biblioteca Nacional. O primeiro, desde 1985 instalado na antiga Casa da Moeda fundada por D. Pedro II e com arquitetura do neoclassicismo imperial (ver Figura 1), tem origens no Arquivo Público do Império, fundado em janeiro de 1838, durante o Período Regencial²³. Situa-se em frente ao Campo de Santana, um dos principais parques na época monárquica. O Arquivo foi criado junto com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e com o Colégio Pedro II. No contexto de movimentos separatistas e repressão às revoltas sociais, essas instituições assumiram o papel de guardar uma memória e difundir-la como um ideário social, favorável ao governo imperial. No período de sua fundação, o objetivo declarado era recolher e guardar os documentos produzidos pelos

²³ Arquivo Nacional. *Histórico*. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=3>>. Acesso em: 9 de mai. 2015.

poderes Legislativo, Executivo e Moderador, sem manifestar interesse pelas fontes primárias produzidas por outras camadas socioeconômicas.

Figura 1. Pátio do Arquivo Nacional

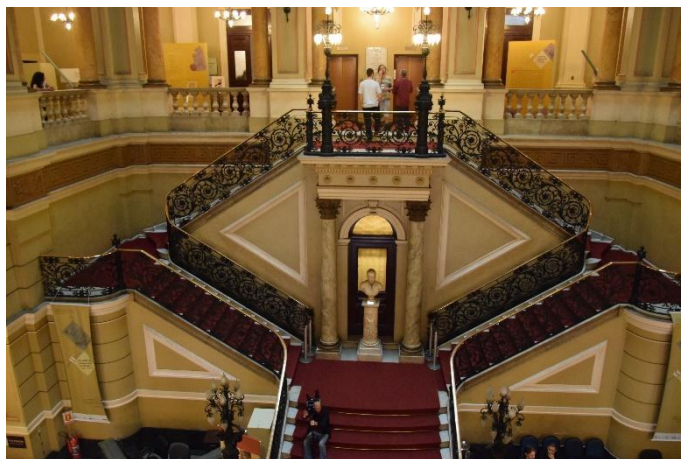


Fonte: Acervo pessoal de André Leite Araujo

Em segundo lugar, a Biblioteca Nacional teve sua atual sede inaugurada em 1910, com materiais europeus, e inspirada no prédio da École Militaire de Paris (ver Figura 2). Oficialmente, foi fundada em outubro de 1810, por Dom João VI²⁴. O rei português transferiu seu acervo, com 60 mil peças, de Lisboa ao Rio de Janeiro, isto é, a organização das obras é mais antiga e remonta às bibliotecas reais de Portugal. Durante a visita, o guia informou que a função da Biblioteca é a preservação da memória bibliográfica do país.

Figura 2. Escadaria da Biblioteca Nacional

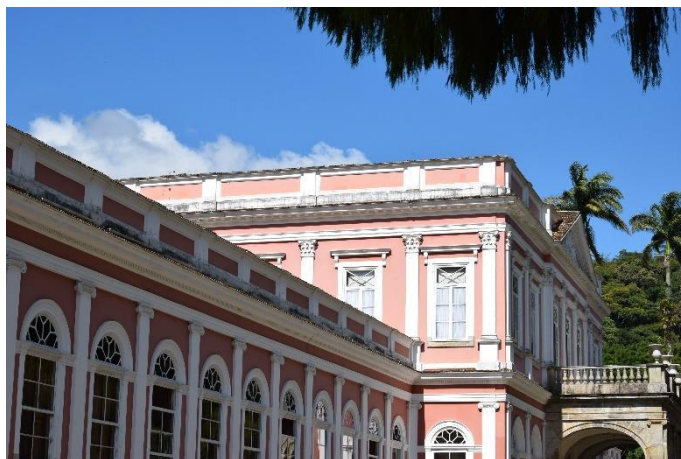
²⁴ Fundação Biblioteca Nacional. *Histórico*. Disponível em: <<http://www.bn.br/biblioteca-nacional/historico>>. Acesso em: 9 de mai. 2015.



Fonte: Acervo pessoal de André Leite Araujo

Analisando especificamente o Museu Imperial, construído em linhas neoclássicas (ver Figura 3), podemos considerá-lo mais como um museu da Família Imperial do que sobre a política dos dois reinados e regências, porque está focado na vida doméstica e cotidiana das figuras da realeza. Diminuindo o caráter do museu como espaço de reflexão, os objetos são dispostos para um rápido passeio no qual os visitantes fascinam-se pelos ricos objetos, apesar da pouca contextualização dos hábitos dos que moravam ali. No tópico de moradores, as referências restringem-se aos membros da Família Imperial, sem nenhuma menção aos funcionários, livres ou escravos. Portanto, é uma instituição que preserva a memória dos que detinham o poder de mando. Notadamente, também ressaltamos que os herdeiros de D. Pedro II recebem R\$500 mil por ano, aproximadamente, por causa de um imposto, ainda em vigor, sobre todas as transações imobiliárias em Petrópolis. Essa questão tributária ilustra a manutenção do pensamento conservador e a lógica de favorecimento às elites, mesmo que estas estejam em decadência após 125 anos de regime republicano.

Figura 3. Fachada do Museu Imperial



Fonte: Acervo pessoal de André Leite Araujo

Nesse sentido, a imagem construída sobre o Imperador e sobre a Princesa Isabel é a de pessoas bondosas, mas poderosas, sempre com um ar nostálgico sobre o luxo da época passada do Palácio. Entre outros casos, destacamos uma sala na qual há apenas uma grande pintura de Dom Pedro II, com uma luz focada em sua cabeça, ilustrando-o como o “imperador das luzes”, isto é, referindo-se às suas relações com as ciências e artes, por causa dos “avanços” tecnológicos e educacionais que ele apresentou ao Brasil, na verdade, às elites do Brasil. Soma-se a isso, uma das salas finais da exposição, chamada Sala da Princesa Isabel e da Abolição. Dividida ao meio, com 50% do espaço para cada tema, apontam a Princesa como uma figura benemerita que libertou os escravos que precisavam dela. Logo, é uma abordagem que minimiza o espaço dedicado à escravidão e ignora as longas lutas que os próprios negros lideraram para alcançar a Abolição e também desconsidera a situação econômica e política que conduziu a princesa a assinar a lei, em maio de 1888. Frente ao exposto, chama a atenção que apesar dos cuidados em preservar o Palácio, usando pantufas para não danificar o piso, a senzala e os outros prédios de serviço foram derrubados e não há explicações sobre onde ficavam, quais eram suas funções ou o porquê de não existirem mais. Dessa maneira, entende-se que não são espaços nem memórias que aquele Museu tem interesse em preservar e expor às gerações posteriores. Apesar disso, sob pressão popular dos movimentos sociais organizados, a direção e o governo federal poderiam repensar o conteúdo a ser exibido naquele espaço, destacando outros aspectos sociais e políticos do período monárquico, com maior atenção aos grupos sociais que foram reprimidos e marginalizados pelo poder constituído.

Outro aspecto relevante é a composição do acervo do Museu, porque muitas peças não eram originais daquele palácio, com destaque para o trono. Ainda que tenham montado uma sala do trono, as placas afirmam que não havia tronos no palácio de verão. Então, o Museu Imperial faz apologias à classe dominante, ressaltando seu mobiliário e outras peças, instaladas ali segundo os critérios da ideologia da curadoria do Museu, objetivando apresentar o auge idealizado da Família Imperial. Portanto, é o recorte de um olhar específico que atende aos interesses de criar cenários nos quais não há espaços para parar, pensar, refletir, desconstruir e criticar os tomadores de decisão do poder de mando sobre o aparato repressivo.

Nos outros lugares da cidade que foram visitados, notou-se a preservação do patrimônio arquitetônico da virada do século XIX para o XX, com ênfase na Avenida Koeller, nome do planejador da cidade. Nesta avenida, entre outros casarões antigos, está o Palácio Rio Negro (ver Figura 4) que exemplifica uma continuidade nos hábitos dos presidentes e dos imperadores. Assim como a Casa Imperial tinha seu palácio em Petrópolis, a Presidência da República adquiriu um palácio de veraneio na mesma cidade que até hoje mantém essa função, mesmo com a transferência da capital para Brasília. Apesar de ser aberto para visitas, possui um público menor do que o Museu Imperial. De qualquer modo, o governo republicano manteve seu palácio para fazer frente ao passado da Coroa, marcando sua posição justamente na cidade desenhada a pedido do Imperador, o que nos leva diretamente para a discussão sobre a relação entre a Monarquia e a República, pensando onde e em que sentido realmente acontece uma ruptura entre os dois sistemas e até onde os governos republicanos, após derrotar uma elite, seguiram a trabalhar na constituição da sua hegemonia. Na extremidade da avenida está a Catedral São Pedro de Alcântara (ver Figura 5), patrono católico do Império, que abriga a Capela Imperial, isolada por grades, onde estão os restos da Família Imperial.

Figura 4. Fachada do Palácio Rio Negro



Fonte: Acervo pessoal de André Leite Araujo

Figura 5. Catedral São Pedro de Alcântara



Fonte: Acervo pessoal de André Leite Araujo

Em suma, pudemos constatar, tanto no Rio de Janeiro quanto em Petrópolis, que ainda existe um sistema com elementos estruturais para sustentação dos poderes governamentais, com traços do tempo do Império. É notável tanto a continuidade de hábitos quanto a de discursos conservadores, favoráveis à centralidade do governo e seu aparato de mando. São características políticas e sociais que são exemplificadas tanto por elementos de arquitetura e de urbanismo quanto pela postura assumida por funcionários que trabalham nesses espaços de poder e por suas chefias que decidem o programa

educativo a ser colocado. Desse modo, compreender a estrutura e a ideologia é parte para desconstruir criticamente esse mesmo sistema.

Frente ao exposto podemos destacar que, a partir da década de 1870 presenciou-se a decadência da monarquia, a crise do sistema agroexportador com mão-de-obra escrava e a consolidação da economia de mercado que transformou a terra em mercadoria, intensificando o mercado imobiliário. Tal mercado valorizava os terrenos em relação ao sistema de produção capitalista, ou seja, se era atendido por transporte ou se ficava próximo às áreas de concentração econômica. Paralelamente à diminuição das chácaras urbanas, atingiu-se a questão do trabalho. No período anterior à Abolição de 1888, o trabalho nas chácaras era feito por escravos negros que foram tornando-se mais caros, por questões internacionais contra o tráfico, ao passo que o trabalho livre e assalariado expandiu-se no meio urbano. Assim, as mudanças na mão-de-obra e no mercado imobiliário ocorreram concomitantemente à desruralização das cidades.

A crise do fim do Império é composta, mas não se limita aos fatores já apresentados, porque é superposta à quebra de relações do Imperador com sua base de apoio. Paulatinamente, após seu longo reinado, perdeu sustentação política devido à crise do modelo econômico agrário, voltado à exportação, que não estimulou a indústria/burguesia nacional. Isso posto, considera-se que o Brasil esteve à margem da Revolução Industrial²⁵, diferentemente do norte estadunidense que levantou a questão abolicionista antes do Brasil, durante a Guerra Civil. Dessa forma, em cenário de dificuldades econômicas, os antigos latifundiários não viam mais no imperador a possibilidade de garantir suas rendas através da venda de mercadorias primárias no mercado internacional. Ademais, trata-se de um imperador que perdeu o apoio dos militares que participaram da Guerra do Paraguai e formavam uma consciência republicana. Paralelamente, a abolição legal do trabalho escravo culminou na ruptura com os negociantes de escravos que enriqueciam com o tráfico interno. A conjuntura política anterior à Abolição indicava um par entre República e Abolição. Porém, quando a monarquia assina a lei, perde sua rede de relações com os escravistas e altera as linhas de argumentação dos grupos em disputa²⁶. Nesse sentido, um ano após a assinatura da chamada Lei Áurea, houve a Proclamação da República e fim do regime monárquico.

²⁵ COSTA, Emília Viotti. Op. cit., p. 360.

²⁶ FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. Os republicanos e a abolição. *Revista de Sociologia e Política*.. [online]. 2006, n. 27, p. 192.

Entretanto, vale ressaltar o simbolismo da Abolição pela monarquia que diminuiu o caráter popular da República junta ao proletariado e outras classes sociais no país²⁷.

Além dos movimentos de escravos, o movimento abolicionista intensificou-se nas grandes cidades, através das camadas médias ditas ilustradas que tinham acesso à imprensa para difundir suas ideias. Inclusive, dentro do Poder Judiciário, os escravos e ex-escravos conseguiam importantes vitórias a partir de suas lutas²⁸. Tal cenário pode ser representado pelo periódico *O Cachoeirano* que, em edições de maio e junho de 1888, após a assinatura da Lei Áurea, defende a emancipação legal e toma lado na situação política, exaltando a atuação do Partido Conservador e criticando o gabinete liberal²⁹.

Após a Abolição da Escravatura, em maio de 1888, os escravos tornaram-se livres, mas desempregados. Dentro da conjuntura de crise da produção cafeeira, uma grande massa migrou dos campos para as cidades, implicando no crescimento demográfico das áreas urbanas. Os que chegavam ao Rio de Janeiro concentravam-se nas centenas de cortiços do centro carioca, devido à precariedade das moradias, com condições insalubres. Essa situação continuou até o início do século XX e as obras de urbanismo do Prefeito Pereira Passos, durante a República Velha.

Já nos dias imediatamente posteriores à Proclamação da República, parte da mídia posicionou-se a favor do novo sistema de governo, marcando-se contrariamente à monarquia. Temos como exemplo o jornal *A Reacção*, através da edição publicada em 1 de dezembro de 1889. Em seu editorial, iniciam afirmando que “Está felizmente proclamada, e constituída a Republica no Brazil”³⁰. Ademais, conferiram destaque a uma manifestação que ocorreria na noite do dia seguinte em apoio à Proclamação. Anunciam onde será a concentração e pedem “aos habitantes desta cidade para iluminarem a frente de suas residencias”.

Frente ao exposto, encerramos essa discussão teórica sintetizando os pontos de nossa argumentação. Entende-se que a continuidade do regime monárquico e da Família Imperial no poder se sustentou através de uma complexa rede de relações com outras

²⁷ Idem, p. 192.

²⁸ Idem, p. 182.

²⁹ JORNAL O CACHOEIRANO. Rio de Janeiro, 1888. Disponível em: <<http://www.bn.br/>>. Acesso em: 5 de jun. 2015.

³⁰ JORNAL A REACÇÃO. Rio de Janeiro, 1889. Disponível em: <<http://www.bn.br/>>. Acesso em: 2 de jun. 2015.

elites. O nosso foco recaiu sobre o Golpe da Maioridade e sobre a Abolição. No primeiro caso, um grupo de parlamentares buscou a emancipação de D. Pedro II para conseguir estabilizar a ordem política e econômica no território nacional, ou seja, sua instalação no trono ocorreu a partir da promessa de atender interesses particulares. Assim, buscaram mútuos benefícios e privilégios que assegurassem a longa permanência do Segundo Reinado e a garantia dos interesses de grupos privados. Quando o modelo econômico entrou em declínio, a Família Imperial foi perdendo sua base de apoio que ruiu com a Abolição da Escravatura. Assim, com o imperador sem acordos com os grupos detentores do poder, os militares conduziram a Proclamação da República, sem participação popular, que manteve muitas características estruturais do conservadorismo na política, na economia e na sociedade brasileiras.

Referências bibliográficas

Arquivo Nacional. *Brasil: O Império nos trópicos*. Disponível em: <<http://www.exposicoesvirtuais.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=218>>. Acesso em: 11 de mai. 2015.

_____. *Histórico*. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=3>>. Acesso em: 9 de mai. 2015.

_____. *Rio 1908: a cidade de portos abertos*. Disponível em: <<http://www.exposicoesvirtuais.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=187>>. Acesso em: 10 de mai. 2015.

BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Brasília: UnB, 1981.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

COSTA, Mariana Barbosa Carvalho da. *Golpe Parlamentar da Maioridade: construção da ordem Imperial*. Rio de Janeiro: ANPUH, jul. 2010. Disponível em: <http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276721846_ARQUIVO_Artigo-ANPUHRiodeJaneiro-2010.pdf>. Acesso em: 29 de mai. 2015.

FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. Os republicanos e a abolição. *Revista de Sociologia e Política*.. [online]. 2006, n. 27.

Fundação Biblioteca Nacional. *Histórico*. Disponível em: <<http://www.bn.br/biblioteca-nacional/historico>>. Acesso em: 9 de mai. 2015.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil Monárquico*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970, Tomo II.

JORNAL A REACÇÃO. Rio de Janeiro, 1889. Disponível em: <<http://www.bn.br/>>. Acesso em: 2 de jun. 2015.

JORNAL O BRASIL. Rio de Janeiro, 1840. Disponível em: <<http://www.bn.br/>>. Acesso em: 6 de jun. 2015.

JORNAL O CACHOEIRANO. Rio de Janeiro, 1888. Disponível em: <<http://www.bn.br/>>. Acesso em: 5 de jun. 2015.

O CORTIÇO. Direção: Francisco Ramalho Jr. Rio de Janeiro: 1978. 104 min.

SANTOS, Leonardo Soares dos. *A “desruralização” do Rio de Janeiro: a outra face da modernização destruidora na metrópole brasileira*.

A PERMANÊNCIA DAS ELITES
NO PODER E SUAS RELAÇÕES
COM O IMPERADOR

André Leite Araujo

Julio Lopes

Milan Puh

Rafael Carli Ramos dos Santos

INTRODUÇÃO

- Família Imperial: poder decisório
- Relações com outras elites
- Manutenção do poder por 67 anos

- Tensões entre Brasil e Portugal
- Evitar o separatismo territorial
- Agrupamento de interesses ao redor do príncipe
- Manutenção da estrutura agrária, da ordem escravocrata

REGÊNCIA

- Renúncia de D. Pedro I
- Maturação da independência e da monarquia
- Governo instável para resistir aos movimentos populares
- Guarda Nacional
- Movimento regressista: emancipação de D. Pedro II

GOLPE DA MAIORIDADE

- Golpe parlamentar
- Poderes locais
- D. Pedro II: pacificação forçada do Império, para sustentar o modelo agrário
- Jornal O Brasil: discussão jurídica

DECADÊNCIA DA MONARQUIA

- Crise da agroexportação
- Quebra de relações do imperador com sua base de apoio, incluindo os militares
- Latifundiários: dificuldades econômicas
- O Cachoeirano: abolicionismo
- Republicanismo